



O TEMPO DO GOLPE E O GOLPE DO TEMPO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE GOIÁS

*THE TIME OF COUP AND THE COUP OF TIME:
A CASE STUDY ABOUT GOIÁS*

QUADROS, Eduardo Gusmão de¹

<https://orcid.org/0000-0002-0645-6901>

RESUMO: O golpe civil-militar em Goiás teve algumas peculiaridades. O governador Mauro Borges (1961-1964) era oficial militar, defendeu a posse do vice-presidente João Goulart quando foi implantado o regime parlamentarista, lutou pelo retorno do presidencialismo, apoiou com afinco as Reformas de Base, porém se aliou ao movimento golpista que impediu que esse projeto político continuasse. Por meio desse estudo de caso, demonstramos como as tensões entre o passado e o futuro foram importantes em tal movimentação, propondo-se abril de 1964 como uma fratura no tempo histórico nacional. A semântica temporal, inspirada em Reinhart Koselleck, nos guiará na análise das fontes primárias que fundamentam o artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; Semântica; Ditadura.

ABSTRACT: The civil-military Coup of State in Goiás had some peculiarities. Governor Mauro Borges (1961-1964) was a military officer, defended the vice-president João Goulart when the parliamentary regime was implemented in Brasil, fought by the return of presidentialism, supported the Basic Reforms, but allied with the coup'movement that prevented this political project. Through this case study, we demonstrate how the tensions between the past and the future were important in such a movement, proposing April 1964 as a fracture in national historical time. Temporal semantics, inspired by Reinhart Koselleck, will guide us in analysis of primary sources that support the article.

KEYWORDS: Time; Semantic; Dictatorship.

¹ Doutor em História pela Universidade de Brasília (2005). Professor da Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP). E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com.

O modo do acontecimento é o problemático.

G. Deleuze (1974, p.57)

É preciso reconhecer a força dos fatos. A historicidade às vezes vem compreendida por meio das continuidades, dos processos insistentes de reprodução. Outras vezes, é captada na ruptura, na fragmentação que desconfigura uma representação coerente. Entre uma modalidade e outra, o esforço dos sujeitos de semantizar suas experiências.

Formas de conhecer geralmente respondem a problemas. A contração temporal expressa nos desafios do presente não deveria levar à solução simplista de apor datas. Já se sabe, *teoricamente*, que os números das datas são referências, não substâncias, e já é mais que centenária a crítica feita ao “ídolo cronológico”. Ao invés dessa falsa divindade cultuada pela tribo dos historiadores, Simiand propõe “os conjuntos explicativos, a busca de uma coerência objetiva, que apreenda as verdadeiras relações de sucessão” (1960, p.119).

No caso aqui apresentado, as sucessões e regressões se alternam. Ocorreu uma recomposição do antes e do depois com o golpe civil-militar de 1964. Em outros termos, os acontecimentos foram problematizados de novos modos e, para utilizar a expressão deleuziana (DELEUZE, 1974), a *lógica do sentido* foi estruturada diferentemente. Em decorrência, o movimento político tentou anular uma carga significativa do passado no intuito de recompor outro. Simultaneamente, certos futuros deveriam ser interrompidos desde então.

Ao deixar de lado a temporalidade homogênea e vazia da ideologia do *progresso*², podemos enxergar mais claramente os tempos que entraram em confronto. A semântica temporal faz parte da distensão política. Demonstraremos tais rearranjos nos quadros do processo de afastamento do governador Mauro Borges, chefe do poder executivo em Goiás entre janeiro de 1961 e novembro de 1964. Os combates ganharam um ingrediente a mais nesse contexto, pois tratava-se de um tenente-coronel do exército brasileiro.

O TEMPO DO GOLPE

Completava-se um ano da posse conturbada do presidente João Goulart, quando a revista *O Cruzeiro*³ enviou uma enquete a vários políticos de destaque nacional da época. O

2 A importância de romper com a concepção linear da cronologia, conforme ensinada pelos historicistas, foi evidenciada por Benjamin em seu famoso texto *Sobre o Conceito de História* (BENJAMIN, 2012). Quadros (2020) demonstra como os conceitos de memória e de história foram ali quase invertidos ao defender-se o padrão ético da justiça como fundamento da investigação.

3 Publicada semanalmente desde 1928, pertencia ao grupo de Diários Associados, comandado

questionário encerrava com a pergunta: *Para onde vai o Brasil?* Os prognósticos emitidos são interessantes para perceber o tabuleiro de forças que circundava o governo parlamentarista, que naquele ano já estava no terceiro gabinete ministerial.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek, exercendo o cargo de senador eleito pelo estado de Goiás, enxerga o país em uma perigosa encruzilhada:

Impõe-se hoje ao Brasil a opção entre prosseguir o seu desenvolvimento econômico e social nos limites da paz e da ordem, ou a revolução a que o povo certamente seria levado se forem frustradas as aspirações de progresso e bem-estar social. Não acredito que as forças reacionárias tenham o poder de impedir a marcha do Brasil para o desenvolvimento e a melhoria de condições da vida de seu povo... (O CRUZEIRO, 1962, p.105)⁴.

O futuro é mapeado pelo experiente político mineiro partir dos valores da doutrina do desenvolvimentismo, base do programa de governo que o havia levado à vitória eleitoral junto com seu vice-presidente, o próprio João Goulart, seis anos antes. Haveria esse caminho ordeiro, seguro, que impediria tanto a revolução de caráter popular quanto o levante das “forças reacionárias”, consideradas por ele ainda fracas em seu combate.

Representante do grande capital, o banqueiro e governador de Minas Gerais Magalhães Pinto propõe uma visão um pouco diferente:

O Brasil marcha para um novo caminho indicado por uma filosofia política baseada na valorização do homem, no crescimento da renda per capita nacional, preservada a liberdade, baseada na igualdade de oportunidades. Queremos governos autênticos, próximos do povo, nele buscando diretrizes e a ele procurando servir desinteressada e patrioticamente através de programas que afastem as tiranias... (O CRUZEIRO, 1962, p.106).

A concepção liberal da economia está no centro da esperança enunciada. A valorização humana é compreendida dentro desse quadro semântico, não como ampliação dos direitos sociais, traço evidenciado pelas “reformas de base” anunciadas pelo presidente da república naquele ano⁵. Percebe-se ainda o receio à possível “tirania”, uma acusação à postura de João Goulart que crescerá até a ocorrência do golpe que implantou a ditadura.

por Assis Chateaubriand. Pode ser considerada a principal revista ilustrada do Brasil até 1975, com tiragem média de 400 mil cópias.

4 Os documentos referidos nesse artigo estão no Fundo Mauro Borges do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, composto por 115 caixas. Daqui por diante, iremos referir pelo número da caixa e da pasta onde se localiza a respectiva fonte. No caso, caixa 25, doc.48.

5 Lançadas em 1º de maio de 1962, tratava-se de um programa amplo de medidas que incluíam a execução da reforma tributária, a bancária, a cambial, a administrativa, a universitária e a temida, pelas elites, reforma agrária (SILVA, 2019).

Como se sabe, o levante militar acabou iniciando justamente por Minas, com apoio direto e imediato deste governador.

Em direção oposta, estava o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Para este líder “esquerdista”⁶, que era cunhado do presidente, o futuro do Brasil estaria na luta pela libertação, contra o domínio imperialista. Ainda que não fale em revolução, manifesta na enquete um grande receio:

Se os destinos de nosso país forem conduzidos pelas classes comprometidas com o processo espoliativo, não tenho dúvidas em dizer: caminhamos para dias trágicos, para o esfacelamento de nossa própria unidade territorial e política (O CRUZEIRO, 1962, p.104).

Nessa previsão de cores apocalípticas, ele coadunava com o político de direita e ex-ministro Armando Falcão, que diagnosticou uma “marcha para o desconhecido”, pois o governo de Jango estaria “sem bússola” (O CRUZEIRO, 1962, p.106).

O governador de Goiás também foi inquirido pela revista e respondeu de modo incisivo:

O Brasil marcha para uma revolução, com mudança qualitativa de estrutura. Esta revolução poderá ser pacífica, pela ação vanguardeira dos líderes progressistas e pelo consentimento inteligente das lideranças conservadoras, ou a guerra civil, com o caos, se não tiverem os líderes progressistas a contenção razoável na sua linha reformista e os conservadores a compreensão necessária para aceder aos imperativos de melhoria de vida das grandes massas da população (O CRUZEIRO, 1962, p.106).

A proposta fica entre as demandas sociais mais radicais, pois ele crê nos rumos revolucionários da história nacional, e a liderança que ele considera como “progressista” e “razoável”, na qual estaria obviamente incluído. Somete esta poderia impedir o crescimento da violência, que poderia chegar até a uma “guerra civil”. Portanto, os líderes mais conservadores precisariam aceitar, ceder em seus interesses imediatos, conformando com o papel político do grupo reformador e pacífico, ainda que de vanguarda. A promessa seria conseguir realizar a conjunção entre os avanços sociais exigidos pelos trabalhadores urbanos e rurais sem perder a manutenção da ordem política e jurídica. Mauro Borges se inclui, destarte, na solução dos impasses que o país vivenciava naquele momento.

Há outro aspecto a ser destacado, pois o estado de Goiás não costumava surgir referenciado nas grandes publicações, nem seus políticos. A consulta poderia ter acontecido

6 Skidmore o chama de “esquerdista agressivo” (1982, p.258) e Gorender, semelhantemente, fala em sua radicalidade (1987, p.31).

devido à proximidade de Brasília, inaugurada recentemente e que estava assumindo o posto de capital federal. Mas não pensamos assim. De fato, o que alçou o governador aos olhos da imprensa nacional foi a luta encampada junto com Leonel Brizola pela posse do vice-presidente, com a renúncia de Jânio Quadros, exigindo o cumprimento do que estava estabelecido na Constituição de 1946. Trata-se do Movimento da Legalidade, ocorrido em 1961⁷.

O governador gaúcho era do mesmo partido de Jango, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do mesmo estado sulista e ambos herdeiros do chamado populismo⁸ de Getúlio Vargas. Porém Mauro Borges era militar de carreira, do Partido Social Democrático (PSD) e filho do ex-governador goiano Pedro Ludovico, o qual dominava a política goiana desde a década de Trinta. O que despertou nele esse ardor, colocando-se contra o próprio dispositivo militar que tentou impedir a posse do vice-presidente eleito?

Para explicar sua atitude intempestiva, ele publicou um “Manifesto à Nação” em 28 de agosto de 1961, três dias depois da renúncia de Jânio Quadros, texto que foi ainda transmitido pelas rádios locais⁹. Agiu manifestando seu dever cívico e, conforme afirmou, de representante eleito pela vontade popular. Era exatamente tal vontade popular que estava sendo traída por “aventureiros” antidemocráticos e por um grupo limitado de militares. O momento urgia por medidas drásticas, pois estava em jogo “as linhas mestras que determinarão o nosso futuro político” (Caixa 30, doc. 03, p.1).

O uso do título *manifesto* já induz a certo tipo de leitura, apropriado para tratar do sentido do tempo porvir, como vigorou nas vanguardas artísticas do século XX. No campo da política, em particular, os manifestos traçaram linhas de atuação, apresentaram compromissos e intenções que se pretendem coletivos. É um texto, portanto, que quer deixar de ser um conjunto de palavras para intervir pragmaticamente numa situação. Desde 1870, com o Manifesto do Partido Republicano, foram incorporados à tradição nacional (PENNA, 2008), destinatário amplo visado pelo libelo do governador goiano. Outras vezes ele utilizará

7 Tereza Favaro, escrevendo em 2011, ainda fala da injustiça com a participação de Goiás na política nacional e na campanha legalista, ressaltando a mobilização, até militar, feita pelo político goiano (FAVARO, 2011).

8 Há muita discussão sobre a viabilidade deste conceito, mas ele tem sido muito relevante na história latino-americana. Acharmos ilustrativa a definição de Ernesto Laclau, para quem “o populismo se apresenta a si mesmo como subversivo do estado de coisas existente e também como o ponto de partida de uma reconstrução mais ou menos radical de uma nova ordem, uma vez que a anterior havia debilitado” (2010, p.221). Como se vê, a resposta dada por Mauro Borges pode ser incluída perfeitamente nesta perspectiva, pois o termo era disputado por variadas correntes políticas.

9 O texto, com três páginas, foi impresso para ser distribuído nas ruas, publicado na imprensa e transmitido na rádio (caixa 30, doc. 03).

desse mesmo instrumento para expor suas causas, avaliações e projetos, para legitimar suas decisões, como se mostrará adiante.

Ele enxerga dois caminhos possíveis na resolução da crise. O primeiro seria a submissão dócil do congresso nacional na criação de um *governo fantoche*, ou seja, desvinculado da vontade do povo e manipulado por uma elite subserviente aos grupos econômicos internacionais. O segundo estaria na resistência do Poder Legislativo às manobras golpistas, com o perigo de entrar em conflito direto, ser até fechado conforme fosse implantada uma ditadura militar “retrógrada, sem programa e sem rumo” (Caixa 30, doc. 03, p.2).

O texto está perpassado pela defesa do nacionalismo e do sistema legal de equilíbrios formulado após a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945. Ele invoca o passado, até bem mais amplo, para convalidar a ação e conclamar mais apoiadores à causa encampada:

Na qualidade de modesto membro do glorioso exército de Caxias, Osório, Floriano e tantos heróis do Brasil, tendo tido toda a formação da juventude e da vida madura nas escolas militares e nas fileiras do exército, conheço a sua profunda vocação democrática e sua vinculação ao povo e sei que ele não trairá os interesses da pátria... (Caixa 30, doc. 03, p.3).

Curiosamente, a sublevação foi arraigada por símbolos da ordem, a exemplo do Duque de Caxias, bem como com valores da tradição educativa militar. O “modesto” Mauro se insere, assim, no quadro “glorioso” de muitos heróis, trazendo suas motivações para uma corrente imaginária de defensores dos interesses do povo¹⁰. O parágrafo inicia reverenciando a história do exército e conclui que a atuação das forças militares seguirá idêntica direção no futuro. O ponto de contato entre as temporalidades está na “profunda vocação democrática”. Destarte, por ter formação militar, Mauro Borges encarna a mesma vocação, acrescentando-se o grau de certeza conferido ao prognóstico, já que conhece a instituição por dentro.

O manifesto convocou a população goiana para a “resistência legalista, democrática e patriótica” (Caixa 30, doc. 03, p.3). Para se defender, caso a previsão de ditadura fosse concretizada, a sede governamental (Palácio das Esmeraldas) foi transformada em uma espécie de trincheira, com batalhões militares e de voluntários em derredor. Armas dos civis foram reunidas, uma rede de rádios foi montada para a comunicação. Até um plano de

10 Lembramos que o Duque de Caxias e o Marechal Osório defenderam a monarquia imperial, enquanto Floriano Peixoto reprimiu revoltas populares com enorme violência, governando sob a imposição do estado de sítio.

dinamitar as pontes que ligavam Goiás ao resto do território nacional foi imaginado, para o caso ocorrer alguma invasão. Então, o governador ofereceu a capital de Goiás para ser sede provisória do governo de João Goulart, deixando um avião à sua disposição (FAVARO, 2015, p.63).

A campanha foi parcialmente vitoriosa, pois em 02 de setembro de 1961 o arranjo político que instituiu o parlamentarismo foi aprovado no congresso. Como primeiro-ministro, ficou eleito o mineiro Tancredo Neves, do mesmo partido do governador goiano, que acabou crescendo muito em projeção nacional. Dentre as celebrações do dia 07 de setembro, Mauro Borges editou uma “Mensagem ao povo de Goiás” enaltecendo o movimento pois, “pela primeira vez em sua história, Goiás apresentou-se à Nação como um bloco monolítico, fazendo-se conhecer pela altivez e pelo idealismo de seus filhos” (Caixa 30, doc. 07, p.1)¹¹. O ineditismo da mobilização legalista, nessa visão, fez o estado adentrar nas efemérides históricas brasileiras. Pela força e unidade apresentadas, em causa que não tinha um caráter regional, o presidente Jango tomaria posse naquele mesmo dia. O tempo histórico está apreendido nesse pronunciamento enquanto presente em construção.

A mensagem ressaltou as vias tomadas para o desenvolvimento estadual, traçou um balanço dos sete meses da gestão e recordou os dias aguerridos vividos tão recentemente. Em tom conciliador, reforçava os valores pautados pelo Manifesto:

Só nos resta, neste momento, acatar a decisão do Congresso Nacional, órgãos de representação da vontade popular, e formular votos para que haja um clima de otimismo e alegria, de patriotismo e dedicação, auxiliando a superar as dificuldades da hora presente. Confiamos em que, como nos instantes mais difíceis, todos saberão manter-se vigilantes, não permitindo a derrogação das franquias democráticas, tão duramente conquistadas, e defendendo intransigentemente as condições necessárias à construção de uma grande pátria, a fim de que possamos dar a cada brasileiro um nível de vida compatível com o desenvolvimento da civilização...” (Caixa 30, doc. 7, p.2).

A mensagem foi destinada ao povo goiano, mas ele fala com desenvoltura dos destinos nacionais, até da política internacional em outros trechos¹². A ambição de galgar cargos mais altos, em nível federal, estava surgindo? Se o sucesso da atuação não tiver despertado tal possibilidade, o que consideramos difícil, chamou a atenção da imprensa em

11 São três páginas impressas do que deve ter sido o pronunciamento de Mauro Borges após o desfile das tropas e dos estudantes no dia da pátria. A rádio Brasil Central, pertencente ao governo, transmitia tais discursos.

12 Defende nestes trechos uma política externa independente perante as polarizações da Guerra Fria. Essa política visando a autodeterminação foi um ponto de inflexão estabelecida já por Jânio Quadros e padronizada na Conferência de Punta del Este (FRANCHINI NETO, 2005).

geral, que passou a considerar o governador goiano e a consulta-lo com regularidade.

Na semana seguinte, ele passou pelo Rio de Janeiro e se dirigiu para a “festa da legalidade” promovida pelo governo do Rio Grande do Sul. Foi ovacionado, pousando como herói ao lado de Leonel Brizola¹³. O momento político ainda era delicado, com muita incerteza do que aconteceria, mas as alianças entre os estados que tinham afinidade com o projeto político-social janguista se consolidaram. A Frente de Libertação Nacional, que ainda contava com Miguel Arrais, de Pernambuco, e com o presidente da União Nacional de Estudantes, Aldo Arantes, logo estaria formada.

O marco inicial desse movimento ocorreu com a Carta de Goiânia, lançada em 24 de outubro de 1961, o aniversário da cidade (Caixa 28, doc.121). Nesse novo *Manifesto à nação*, os compromissos com as causas sociais e populares são retomados e aprofundados. O combate à miséria e à desigualdade são apontados como primordiais:

No fundo está presente o problema desafiador da desigualdade social, acentuada cada dia mais pela proletarização paulatina da classe média e redução aos níveis de miséria total daqueles cujos salários não dão para a satisfação das necessidades mais urgentes. Em face da situação que aí está, são necessárias medidas patrióticas e heroicas a fim de impedir que a nação brasileira prossiga nessa caminhada fatal para o caos... (Caixa 28, doc. 121, p.1).

O tom apocalíptico, comum quando os atores representam uma fase crítica, é evidente. A inflação não fora debelada e o projeto social já se direciona para o que serão as Reformas de Base¹⁴, lançadas oficialmente por Jango no ano seguinte, após retomar os poderes presidenciais. A Frente Nacional prosseguiu politicamente propondo a maior independência do capital internacional, o confisco das fortunas ilícitas, criticava a submissão brasileira a uma cultura importada e, para o campo, defendia medidas imediatas para a Reforma Agrária (FAVARO, 2015, p.69).

Os embates se acentuaram nos anos seguintes, com o jogo formado por tais lideranças, valores e estratégias políticas contra quem as combatia do lado oposto da configuração social. O lance fatal ocorreu nos primeiros dias de abril de 1964. Com os vencedores instalados na nova posição de domínio, a limpeza do tabuleiro seria rápida.

O GOLPE DO TEMPO

13 Na caixa 25 do fundo Mauro Borges, a pasta 28 contém diversos recortes de jornal sobre essa viagem e seu sucesso.

14 Acrescentando-se uma reforma constitucional, a dos poderes militares e a do modo de funcionamento dos três poderes.

Quando o tempo muda, o barco precisa rumar para outra direção. Agora quem passou ao comando, pensa e atua diferentemente. O grupo sustentava outro ideal de nação, termo que passava por intensa disputa na sociedade desde o início da década. Palavras-chave, como essas, aglutinam experiências históricas e projetam os horizontes a serem buscados.

A temporalidade não está fora dos movimentos sócio-políticos; não é um nível metafísico ao qual acrescentamos datas. A linguagem que se utiliza cotidianamente decifra as categorias espaciais e temporais de maneira intermitente. Portanto, uma semântica do tempo histórico contribui para reavaliarmos as transformações ocorridas com o golpe de estado. Na cabeça das novos dirigentes, era necessário promover, de maneira imediata, uma *descomunização*¹⁵ geral da sociedade.

O golpe foi feito preventivamente contra a suposta ameaça comunista, ou seja, para que o Brasil não se tornasse “outra Cuba”. Pelo menos, esse foi o argumento dado nos atos feitos em nome da *revolução*, como se autointitulou o movimento civil-militar que derrubaria o presidente eleito. As esperanças políticas anunciadas pela Frente de Libertação Nacional, dentre outros grupos pré-golpe, deveriam, então, ser abortadas. Em decorrência, Leonel Brizola e Miguel Arrais tiveram seus direitos cassados no primeiro ato do Comando Supremo da Revolução (FICO, 2014, p.330).

Mauro Borges, estranhamente, mandou imprimir um *manifesto* defendendo o movimento golpista e apoiando os militares rebeldes às 23:30 do dia de 31 de março¹⁶. Nele acusa o destempero da esquerda radical, defende a disciplina rígida e um governo forte para restaurar a democracia:

Quando vemos a posição inconcebível do presidente João Goulart desprestigiando os seus mais graduados e intensos colaboradores [...] para agradar ao grupo comunista subversivo, devemos ter fundadas razões para pôr em dúvida a sua lealdade ao regime. [...] A degradação da disciplina e das forças armadas representa a perda do último bastião de ordem constituída e de liberdade (Caixa 27, doc. 74, p.1).

O tom é semelhante ao de outros pronunciamentos militares, demonizando o comunismo, a fraqueza dúbia de Jango, a suspeita de que ele planejava levar o país ao socialismo. No manifesto de general Olympio Mourão, que deflagrou o levante em Minas no início daquele dia, está dito que o presidente da República havia se tornado “chefe de

15 Esse neologismo foi uma palavra comum na documentação ligada aos inquéritos e sindicâncias que ocorreram no Estado de Goiás. Suas ações foram ordenadas pelo Ato Institucional nº1, de 09 de abril de 1964 (apud FICO, 2014, p. 339-342).

16 A hora do lançamento desse manifesto será repetida várias vezes nos inquéritos sobre o governo goiano, no intuito de demonstrar sua adesão imediata e íntegra.

governo comunista [...] e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa” (apud. FICO, 2014, p.327). O manifesto do general Amauri Kruehl, de primeiro de abril, conclama à “reafirmação dos princípios democráticos” e coloca-se acima de interesses partidários na luta para “neutralizar a ação comunista que se infiltrou em alguns órgãos governamentais e principalmente nas direções sindicais com o único propósito de assalto ao poder” (apud FICO, 2014, p.328).

As “fundadas razões” do governador goiano não convenceram boa parte dos militares, apesar de seu esforço para adotar o novo figurino. Notamos ainda que o tenente-coronel Mauro Borges fez campanha para Castelo Branco ser o primeiro presidente do governo ditatorial, na mesma reunião privativa em que as lideranças civis foram elidas do poder federal, logo na primeira semana de abril (BORGES, 2006, p. 118). As disputas internas ao campo militar, que obviamente refletem as da sociedade¹⁷, permanecerão intensas nos meses seguintes em Goiás e nelas o passado teve grande peso.

Não é tão fácil, afinal, modificar o passado. Reinhart Koselleck (2006) analisou a semântica dos tempos formulando as categorias meta-históricas de *espaço de experiência* tensionada dialeticamente com o *horizonte de expectativa*. A experiência, em sua ótica, remete ao “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (2006, p.309). Já a expectativa “é o futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, o que apenas pode ser previsto” (2006, p.310). O ponto de encontro entre as duas, como se vê, está no presente, mesmo que uma categoria não seja dedutível da outra.

Vamos supor que nesse tempo presente ocorra uma fissura acontecimental, um fato radical que inverta os valores. Então, podemos pensar que a experiência passaria para o *horizonte* e a expectativa ganharia um *espaço* novo. Futuros e passados, defendemos aqui, são processos sociais disputados num plano semântico delimitado pelas posições de poder. A diferença entre eles, ou a continuidade possível, é elaborada ideologicamente. Portanto, os sentidos atribuíveis à temporalidade em construção devem ser interpretadas como um campo de forças em movimento, a que denominamos história.

A fissura no plano temporal, causada pelo golpe de 1964, levou a várias inversões na lógica do sentido. O que antes era valorizado positivamente passou a ser mal visto,

17 Nossa compreensão sociológica e histórica das organizações militares ainda é bastante deficiente, possivelmente por preconceitos acadêmicos, em que pese sua relevância para o estudo não apenas do sistema ditatorial. Edmundo Coelho (1976), em obra clássica, trata de um “tempo histórico particular” pertinente às instituições militarizadas e de como elas tentam monopolizar os recursos sociais disponíveis para expandir sua visão de mundo (1976, p.29).

peças de destaque deixaram de ser quistas, obras e autores foram estigmatizados como perniciosos. O processo de *descomunização* geral avançou desse modo, e relativamente rápido.

O *Manifesto* do governador de Goiás já operava tal modificação ao descrever o futuro nacional com linguagem catastrófica. Claro fica o abandono de um projeto político-social que ele mesmo defendera, dois anos antes, com sangue, suor e lágrimas. Se Jango permanecesse no cargo, escreveu, “o Brasil será entregue à violência e ao apetite dos chefes dos bandos armados que se formarem. Recuaremos centenas de anos na nossa estrutura social, até que de novo se restabeleça de novo a lei e a ordem” (Caixa 27, doc. 74, p.1).

O retrocesso tão temido estaria no avanço dos direitos sociais? Na democracia de maior intensidade que se desenvolvia no início da década de sessenta? As Reformas de Base são ainda referidas no texto, mas ganham um conteúdo tecnocrático, de eficiência administrativa, deixando de ser a expressão demandada pelos movimentos sociais. A transformação de sua atitude logo foi percebida pelos grupos colocados em confronto, pois os grandes fazendeiros e comerciantes, que apoiaram de imediato o ato do governador, oferecendo inclusive armas¹⁸, enquanto as entidades estudantis acusavam Mauro Borges de ter-se divorciado “das forças populares, democráticas e nacionalistas”¹⁹.

O movimento golpista igualmente se caracterizava como defensor da democracia, proclamando ter feito uma intervenção nacionalista e de acordo com a vontade da maioria do povo brasileiro. Os conceitos políticos relevantes de uma época precisam ser suficientemente elásticos para incorporarem experiências geralmente díspares, por isso são tão disputados. Então, a mudança de rumos e dos significados temporais pode ser observada pela atuação da Comissão de Sindicância criada por determinação do AI-1 e, principalmente, pelos Inquéritos Policiais Militares (IPM's) realizados em Goiás²⁰.

18 A notícia foi dada até nas páginas do Jornal do Brasil (12/04/1964), referindo à Frente de Mobilização Democrática criada pelas “classes produtoras” goianas (Caixa 91, doc. 05).

19 Em 1º de abril, as organizações estudantis lançaram esse *Manifesto ao Povo Goiano*, onde afirmam de maneira dura e direta: “As forças da reação desfecharam o seu golpe. Para defender privilégios desumanos e anti-cristãos, os direitistas recorrem, agora, ao crime e a violência. É o caminho seguido por aqueles que querem impedir a emancipação do povo brasileiro... São latifundiários e homens ligados aos interesses contrários ao Brasil, que se unem contra as forças patrióticas e nacionalistas. [...] Diante dessa grave situação, foi com decepção que o povo goiano ouvia a palavra do governador Mauro Borges. Dizendo-se, ainda, reformista para justificar sua capitulação, acusa entretanto o Presidente da República de deslealdade para com o povo. Entretanto, o crime de que o chefe da nação é acusado, pelos golpistas, é o de encabeçar a luta popular pelas Reformas de Base.” (Caixa 91, doc.4, p.1).

20 O Art. 7 do Ato Institucional nº 1, em 09 de abril de 1964, suspende as garantias legais

A Comissão de Sindicância foi instituída por decreto em 14 de abril. Seu controle e âmbito de ação estava sob o governo estadual. A “devassa” nos órgãos públicos acarretou na denúncia de mais de seiscentas pessoas por ações subversivas, improbidade administrativa ou desvio de função²¹. Já os Inquéritos Policiais eram produzidos por autoridades externas ao estado, com treze oficiais atuando em tempo integral. Prestavam contas diretamente ao órgãos de segurança da presidência da República.

A oposição ao grupo de Mauro Borges atuou intensamente para que uma punição às causas defendidas no passado fosse efetivada. O principal líder era Emival Caiado, deputado da União Democrática Nacional (U.D.N.) e jornalista. Ele era filho do senador Antônio Ramos Caiado, inimigo político afastado pelo interventor da revolução de 30, Pedro Ludovico Teixeira, que nos anos sessenta estava na função de senador, além de ser pai do governador. Então, a fratura temporal criada pelo golpe civil-militar permitiu o afloramento de conflitos que perpassavam um âmbito cronológico bem mais amplo. Acentuou, igualmente, a expectativa de logo derrotar o grupo adversário, juntamente com o respectivo projeto de domínio social.

Os inquéritos policiais serão envoltos nesse clima bélico entre as oligarquias. De fundo, o cenário repressivo sobre o movimento camponês, operário e estudantil, que sofreu de imediato prisões arbitrárias e ações violentas. Em maio, o general Carneiro de Castro e Silva assumiu a coordenação geral das investigações. Prevendo o problema a ser enfrentado, o governador goiano se pronunciou por uma atuação honesta, respeitosa e isenta. Entretanto, já acusava a virulência das tentativas locais de manipulação:

Após alguns dias do triunfo da Revolução de 31 de março, deflagraram contra mim uma campanha violenta, injusta e mentirosa visando o meu aniquilamento político e quem sabe também de minha própria pessoa física. Em nome das franquias democráticas, tudo suportei sem nenhuma violência contra os detratores (Caixa 92, doc.23, p.1).

O discurso vitimizado não deve levar ao engano. Afinal, Mauro Borges estava na chefia do poder executivo, além de articular-se com autoridades militares e civis de Brasília,

de vitaliciedade e estabilidade dos cargos públicos, podendo ser dispensados ou aposentados, mediante investigação sumária, “os que tiverem atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” (apud FICO, 2014, p. 341). Já a Portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução, de 14 de abril, determina a abertura dos Inquéritos Policiais Militares (I.P.M.’s) para apurar as “atividades subversivas” que tenham por base “ideologia contrária ao Regime Democrático” (com maiúsculas no original) (apud FICO, 2014, p.338). Como se vê, medidas autoritárias para impor o novo tipo de “democracia”.

21 Há vários documentos na caixa 91, doc. 3, 5 e 11.

o que incluía o acesso ao próprio presidente da República²². Uma atitude curiosa, que acabou por se tornar um tiro pela culatra, foi o envio de várias cartas aos colaboradores dos órgãos públicos investigados, inquirindo sobre o que fora perguntado²³. A desconfiança era justificável em certo sentido, pois o coronel Danilo D. da Cunha Mello, coordenador da última fase dos I.P.M.'s, possuía desavenças pessoais com o governador, havendo pertencido ao partido derrotado da oposição, a U.D.N. (FAVARO, 2015, p.91). Notícias da utilização de tortura e desrespeito aos direitos fundamentais para obter os depoimentos começaram a circular desde o início dos inquéritos²⁴.

A inversão dos significados pode ser identificada nessa série documental. Foram vinte e nove pessoas que testemunharam nos I.P.M.'s, sendo esse dossiê uma cópia dos depoimentos, em papel timbrado do governo estadual. Assome-se a transcrição do testemunho do próprio governador, que acabou convocado a dar “esclarecimentos”²⁵. Por exemplo, o método Paulo Freire de alfabetização foi adotado nas escolas públicas rurais, além de ter sido utilizado pelo Movimento de Educação de Base (M.E.B.). Agora que ele fora classificado de “comunista”, passou a ser um indício de apoio à subversão. Os projetos governamentais elaborados junto com o pernambucano Miguel Arrais para assentamentos ou cooperativas rurais, igualmente foram rotulados desse modo²⁶. Discursos dados, transmissões na estação de rádio estatal, publicações na imprensa goiana que apontassem apoio aos movimentos sindicais, agora eram subsídios para a acusação de comunismo. E como esses “comunistas” ocupavam cargos nos órgãos públicos, tratava-se de uma rede de infiltrados que trabalhava pela revolução política e contra a democracia.

22 Ele fez algumas viagens a Brasília durante as investigações. Existem ainda cartas, a exemplo da endereçada a Castelo Branco, em 07 de outubro de 1964, onde ele requisita a apresentação das acusações oficiais contra sua gestão, pois a imprensa joga com boatos, tece acusações inverídicas e o IPM trata-o como se fosse “um inimigo da Revolução e da ordem democrática” (Caixa 92, doc. 92, p.1).

23 Há várias cartas dessas na Caixa 92, contendo seis quesitos, e encontram-se algumas das respostas obtidas. O intuito era saber se a inquirição era sobre Mauro Borges e seu governo ou se o foco estaria na prática de crimes contra o erário público, crimes ideológicos e demais crimes tipificados pela Lei de Segurança Nacional.

24 No livro publicado pelo governador narrando sua versão do processo (BORGES, 2006), há vários documentos sobre as torturas infligidas aos depoentes nas dependências do 10º Batalhão de Caçadores durante o ano de 1964. Esse quartel chegou a ter mais de cinquenta pessoas presas sem qualquer execução de processo, segundo um documento do arquivo (caixa 92, doc. 64).

25 O dossiê com as transcrições está na caixa 92, doc. 69. O relatório da investigação sobre Mauro Borges na caixa 93, doc. 150.

26 Um dos grandes projetos do governo para modernizar a agricultura e promover assentamentos para pacificar o campo foi a criação dos combinados agro-urbanos. O sistema foi, na verdade, inspirado nas cooperativas agrícolas desenvolvidas pelo estado de Israel (RIESCO, 2018).

Um fato interessante nos processos foi o curso ocorrido na Universidade Federal de Goiás sobre o pensamento marxista, ministrado pelo professor e líder do Partido Comunista Brasileiro, Jacob Gorender. Nos fins de março de 1964, cerca de quatrocentas pessoas foram regularmente ao auditório ouvi-lo, debater durante cerca de uma semana essa doutrina que campeava o mundo. A pergunta acerca dos motivos do interesse pelo tema foi feita a vários dos investigados nos I.P.M.'s, inclusive o reitor da Universidade, que acabou acusado de apoiar a subversão. No relato escrito anos depois, inserido como abertura de seu livro, Gorender narrou o sucesso do curso e lembra de ter se encontrado com Mauro Borges no palácio governamental, notando mudanças na postura do político goiano. Mal concluía suas conferências, o golpe de estado obrigou-o a partir em rota de fuga, sem ao menos se despedir de sua família (1987, p.13). Bastava, portanto, ter o nome inserido em uma lista de presença de evento acadêmico para ser considerado suspeito.

A conclusão do inquérito sobre o governador goiano corresponde ao que era previsto:

[...] Incentivou a doutrinação marxista no Estado, pelas ligações a que facilitou entre elementos comunistas notórios, nacionais e estrangeiros, com estudantes, órgãos do governo e outras classes, contando no estado de Goiás um esquema de posição contra o regime político instituído no Brasil. Assiste, diante da evidência dos fatos, examinados em seu conjunto em profundidade, [...] que o senhor coronel Mauro Borges Teixeira, governador do Estado de Goiás, contou com a ajuda de vários indiciados, [...] com elementos subvencionados de nações estrangeiras, presas do comunismo internacional e, dessa forma, vem tentando mudar a Ordem Política e Social de nosso país... (Caixa 93, doc. 150, p.34)

Era início de novembro. O governador havia feito várias tentativas de apontar os quiproquós: tentava demonstrar que apesar de ter defendido a posse de João Goulart em 1961, apoiara de imediato sua derrubada em 1964; que havia atuado dentro da ordem constitucional e a favor do desenvolvimento do estado; que combatera o comunismo. Todavia, as notícias sobre sua prisão circulavam na capital e, por garantia, ele conseguiu um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal.

O coronel Danilo Mello ficou impaciente com a demora, com os arranjos que Mauro Borges tentava em Brasília, redigindo seu *Manifesto à Nação*. Era um panfleto incisivo, apontando diretamente os “crimes” do governador:

[...] é com tristeza que nos erguemos para denunciar à Nação que pretendem invalidar os nossos esforços, que intentam preservar da ação saneadora os remanescentes do comunismo oportunisto de Jango e Brizola, que desejam nos reconduzir aos dias angustiosos anteriores ao 31 de março através de uma manobra política nítida, clara, e insofismável, realizada pelos mesmos homens que sempre infelicitaram este país (Caixa

93, doc. 137, p.1).

Concluía o texto com a acusação ao governador goiano de ser um “traidor da causa revolucionária”. O novo tempo histórico não permitia traduções, pois irradiava interrupções propositalmente intempestivas. Será que Mauro Borges teria levantado oposições tão fortes ao futuro projetado pelo grupo que ocupou o poder autoritariamente? Isso é uma conjectura que pode ser feita²⁷. Entretanto, o que a documentação examinada demonstrou foi a reelaboração semântica do *espaço de experiência*. O *horizonte de expectativas* projetado fez reconfigurar as formas estéticas do passado.

O conceito central de comunismo serviu exatamente a tal propósito. Vimos sua grande ampliação para recobrir sentidos insuspeitados antes do novo regime ser implantado. A palavra se tornou um índice negativo do que havia antes, símbolo do que deveria ser rejeitado e abandonado pelos caminhos distintos, naquele novo momento, impostos à nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrecruzamento entre o tempo do golpe e o golpe do tempo teria derrubado o governo de Goiás? Respondemos afirmativamente, mas é necessário matizar um pouco. Isso porque ele não foi o único governador que sofreu fortes pressões dos dirigentes militares. Houve uma política sistemática de readequação das lideranças políticas, mesmo aos defensores do golpe, a exemplo do governador paulista, Ademar de Barros, ou o da Guanabara, Carlos Lacerda. Estes eram possíveis candidatos à presidência da República nas eleições que ocorreriam em 1965. Terminaram, semelhantemente, sendo afastados de seus cargos em 1966 e em 1968, respectivamente.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek também seria um forte candidato, tendo possivelmente Mauro Borges como vice na chapa do PSD. Entretanto, teve seus direitos cassados em junho de 1964, partindo para o exílio. O governador de Goiás sonhava em substituí-lo nessa campanha, tendo primeiro de reelaborar estrategicamente o passado janguista e superar a campanha contra ele, tanto no estado quanto no nível federal.

Destarte, o processo contra o governo goiano possui elementos distintos dos demais, um ritmo particular e a mudança no tempo histórico obteve um destaque ímpar. De nada adiantou o esforço de *descomunização* oficial, a entrega de amigos e companheiros da administração pública. O decreto da intervenção militar federal no território goiano, com o

²⁷ Na avaliação de Élio Gaspari, por exemplo, não aconteceram atos subversivos ou crimes realizados pelo político goiano. Durante o ano de 1964, a ação claramente politizada do coronel Danilo Mello teria sido o maior desvio da ordem constituída (2002, p.190).

afastamento definitivo de Mauro Borges do poder executivo, chegou no dia 26 de novembro de 1964 (Caixa 29, doc. 25).

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.
- BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006.
- COELHO, Edmundo. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- FAVARO, Tereza C. P. Movimento da legalidade (1961): resgatando o protagonismo de Mauro Borges. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, vol.18, n.33, 2011, p.41-65.
- FAVARO, Tereza C. P. *O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Goiás, 2015.
- FICO, Carlos. *Além do golpe*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48, 2, jul./dez. 2005, p.129-151.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2010.
- O CRUZEIRO. *Para onde vai o Brasil?* Ano 34, nº 52, 06/10/1962, p.102-109.
- PENNA, Lincoln de A. (org.). *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- QUADROS, Eduardo G. de. Voltar a Benjamin, novamente. In: PASSOS, Aruanã A.; BENTO, Luis C.; GODOI, Rodrigo T. (orgs.) *Historiografia crítica: ensaios, analítica e hermenêutica da História*. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p.143-160.
- RIESCO, Clóvis D. Garcia. *O combinado agro-urbano de Arraias (1962-1964): uma utopia no coração do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: PUC Goiás, 2018.
- SILVA, Aline de V. João Goulart e as Reformas de Base. *Textos e Debates*, 1, nº 32, 2019, p.5-20.
- SIMIAND, François. Méthode historique et Science sociale. *Annales*, vol.15, 1, jan-fev 1960, p.83-119.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



FONTES

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

Fundo Mauro Borges: Caixas 25, 27, 28, 30, 91, 92, 93.

Recebido em 13/05/2022

Aprovado em 23/06/2022